

VENEZUELANAS NO BRASIL: TRABALHO E GÊNERO NO CONTEXTO DA COVID-19.

Cristiane Batista Andrade

Professora e Pesquisadora Associada em Saúde Pública Fiocruz/RJ

Silvana Maria Bitencourt

Professora Associada Universidade Federal de Mato Grosso

Daniela Lacerda Santos

Doutora em Saúde Coletiva-Instituto de Medicina Social-UERJ

Tatiana Giovanelli Vedovato

Doutora e Pós Doutora em Enfermagem - UNICAMP

“...la voz inquieta la voz fuerza la voz queja nuestra voz impura
ramificada en tantas voces por necesidad biológica por adaptación por lógica
por tanteo por propuesta por entusiasmo sin teorías con archivos
temporales...”

(Voz Latinoamerica de Gladys Mendía)

Tem sido cada vez mais comum encontrarmos venezuelanos/as, em algumas cidades brasileiras, a procura de um emprego. Por meio das contradições e das complexidades dos fluxos migratórios, venezuelanos/as buscam a migração para melhores condições de vida e de trabalho. A decisão de “ter que deixar” o país de origem, envolve os efeitos da exclusão social porque estão em outro país, não são falantes da língua portuguesa, assim como podem vivenciar assédios, e outras formas de violência, especialmente as mulheres durante o percurso realizado para migrar.

É importante considerar que a vinda recente de venezuelanos/as no Brasil, têm ocorrido em três importantes movimentos: migrações sul-sul, migrações transnacionais de refúgio e as fronteiriças. Devido às restrições à entrada de migrantes latino-

Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19

americanos nos EUA e na Europa, a migração sul-sul de venezuelanos/as para o Brasil deve ser contextualizada: "O Brasil é um país possível e não o país desejado" (BAENINGER, 2018,136). Isto é, a migração para o Brasil ocorre porque é um dos países com maior facilidade para a obtenção de documentos e, com isso, amplia a possibilidade desses/as migrantes trabalharem em território brasileiro (BAENINGER, 2018).

No Brasil, alguns dados estão sendo produzidos para entender o fluxo migratório dos/as venezuelanos/as para o território nacional. Em uma pesquisa recente, sobre o perfil dos venezuelanos no Brasil (n = 3.785), 43,7% são mulheres; a maioria é solteira e jovem. Quase 68% (homens e mulheres) disseram ter filhos. No que diz respeito à gravidez, 4% estavam grávidas no momento da pesquisa (OIM, 2019), o que reafirma a necessidade de explorar esses achados com o objetivo de garantir o acesso à saúde. Na mesma pesquisa, verificou-se que 35% estavam desempregados/as e 73,3% recebiam menos que um salário mínimo. Sobre o conhecimento de situações de discriminação, 31,5% disseram conhecer, como casos de xenofobia, exploração laboral e outras violências. O acesso aos sistemas de saúde foi relacionado por 70% (OIM, 2019).

Com relação ao mercado de trabalho formal, tem-se que entre os anos de 2010 a 2018, há um aumento considerável de carteiras emitidas aos/à venezuelanos/a, o que reafirma o aumento da entrada deles/as no país. Só do ano de 2018, foram cerca de 24.898 emissões para solicitantes de refúgio ou refugiados. E com relação às mulheres entre 2010 a 2018, também ocorreu um crescimento na emissão de carteiras de trabalho. Haiti e Venezuela lideram o ranking de emissões para mulheres, ou seja, 77%. No entanto, a emissão de carteiras de trabalho não necessariamente corresponde à inserção no mercado de trabalho formal, pois nem sempre começam a trabalhar no momento da emissão da carteira (SIMÕES; CAVALCANTI; PEREDA, 2019).

Nesse sentido, este capítulo tem por finalidade discutir a tríade mulheres venezuelanas, trabalho e o contexto da pandemia da Covid-19, ressaltando a necessidade de compreensão da categoria gênero como fundamental para a visibilidade das mulheres enquanto trabalhadoras (espaço privado e público), seus deslocamentos e trajetórias na América Latina.

Aspectos do trabalho de migrantes venezuelanas: entre a precariedade e a conquista de um emprego

Analisar os fluxos migratórios sob a perspectiva de gênero é indagar de que modo as mulheres sofrem ou não, as violações de direitos, bem como dar visibilidade para as especificidades de ser mulher na migração, que, ao longo da história, vem sendo analisada sob a perspectiva dos homens. Muitas mulheres deixam seus países em busca de melhores condições de vida ou para auxiliar familiares no cuidado no país de acolhida, alterando seus percursos (ARTZA; CABAÑAS; GROH, 2014), inclusive no mercado de trabalho, muitas vezes, se submetem a tipos de trabalhos inferiores que não correspondem às suas qualificações, pois precisam trabalhar para se sustentarem no novo país.

O processo migratório, de modo geral, opera a partir do movimento de mulheres de países mais pobres para países mais ricos, nos quais utilizam da mão de obra de migrantes, sobretudo na área de cuidado, um tipo de atividade que nem todos/as querem realizar, dada a desvalorização das atividades na esfera privada, como as de babás e empregadas domésticas (ANDERSON, 2007). Esse cenário afirma a tendência, das últimas décadas, da feminização da migração observada na América Latina (ARTZA, CABAÑAS, GROH, 2014; SOTO; GONZÁLEZ; DOBRÉE, 2012) e nos países europeus (ANDERSON, 2007; ROULLEAU-BERGER, 2010).

Assim, as desigualdades de gênero no processo migratório devem ser analisadas a partir da história das mulheres, que ao se deslocarem, continuam carregando em seus corpos resquícios de uma história desigual, excludente e violenta (FEDERICI, 2019a).

Portanto, de difícil desnaturalização, considerando que os papéis de gênero pautados na dicotomia público e privado, mulher esposa e mãe e o homem provedor, ainda vigoram na cultura latina, de uma forma mais camuflada, pois as mulheres mesmo que tenham agora a oportunidade de participar do mercado de trabalho, elas não vivenciam isto de forma equitativa com os homens, já que continuam ganhando menores salários e ainda são responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, logo precisam conciliar o trabalho doméstico e extra doméstico (HIRATA; GUIMARÃES, 2012; LÓPEZ, 2011).

Dessa maneira, os deslocamentos humanos podem estar relacionados com as dinâmicas do capitalismo globalizado, que faz com que pessoas galguem outras oportunidades de emprego em países que demandam por mão de obra pouco qualificada e de baixos salários, com a finalidade de redução dos custos salariais das

Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19

contratações, configurando a máxima de quanto maior a quantidade de pessoas disponíveis para o mercado, mais baixos são os salários (ARTZA; CABAÑAS; GROH;2014).

No caso das mulheres, as desigualdades no mercado de trabalho são visíveis, especialmente nos setores de trabalho vinculados ao cuidado, pois este tipo de atividade, ao se mercantilizar, ainda traz os resquícios de uma atividade desempenhada por mulheres de forma gratuita, que o capital se apropriou sem remunerá-lo. Logo as técnicas e os conhecimentos desenvolvidos pelas mulheres, ao longo da história (ADOVASIO; SOFFER; PAGE, 2009) foram ignorados por meio da justificativa do trabalho feito por “amor”, prejudicando seu valor de troca no mercado e reforçando a essencialização do ser mulher como cuidadora potencial (FEDERICI, 2019b)

Partindo desta perspectiva, a problemática do trabalho no processo migratório, no caso das venezuelanas, está relacionada com a sobrevivência e não como um meio de explorar seus potenciais criativos e laborais, pois é uma migração forçada. Os motivos pelos quais os/as venezuelanos/as deixam o país estão atrelados à questão econômica e à ausência de alimentos e de serviços médicos para a sobrevivência humana (OTERO; TORELLY; RODRIGUES, 2018).

No caso das migrantes venezuelanas por terem saído de seu país de origem por diversos problemas políticos e econômicos, mas, sobretudo, por falta de acesso às necessidades humanas básicas (alimentação e medicação), condição esta que estava a comprometer a saúde delas e de seus filhos, ao migrarem, conseqüentemente se sujeitam a trabalhos bastante precários para sobreviver, logo o sentido do trabalho vai sendo construído por estas mulheres como uma tática de sobrevivência, a fim de suprir as necessidades corporais por meio de nutrientes básicos, que possam garantir a energia para que seus corpos continuem sendo explorados pelo capital (SCRIBANO, 2012).

Em recente documentário sobre a vida das venezuelanas no Brasil intitulado “Adelante: a luta das venezuelanas refugiadas no Brasil”, é possível perceber que a migração forçada com vistas à sobrevivência não garante a construção de perspectivas profissionais futuras, enquanto trabalhadoras com direitos assegurados. Muitas dizem não ter sonhos e quando falam desses, comentam que o sonho seria garantir um futuro para que seus filhos estudem, logo a condição de migração por ser movida pela sobrevivência, faz que algumas destas mulheres renunciem a si mesmas. Pelos depoimentos dessas mulheres, fica evidente a luta pela sobrevivência, pois muitas chegaram pela via terrestre depois de caminharem longos percursos e

Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19

cruzar a fronteira. Logo, a realidade de dormir nas ruas até que chegassem à cidade do Rio de Janeiro, é verbalizada por elas (DURAND, 2020).

Assim, ao chegarem ao Brasil, nem sempre conseguem de imediato a seguridade social e condições de trabalho favoráveis, além de sofrerem com a impossibilidade de qualificação e ainda podem vivenciar diversas formas de violência por serem mulheres em outro país. Ademais, é importante salientar que no Brasil, as condições de trabalho têm sido colocadas em pauta para todos, pois de acordo com Pochmann (2020), a precarização do trabalho é uma realidade brasileira que vem sendo acentuada à medida que o desemprego, os processos de terceirização, a ampliação do setor de prestação de serviços, as reformas neoliberais e a trabalhista de 2017 do Governo Temer, intensificaram as desigualdades no mundo do trabalho, com a desproteção social e trabalhista na classe que vive do seu trabalho.

Analisando o cenário contemporâneo, podemos constatar que mesmo que papéis tradicionais de gênero não sejam a regra, quando as mulheres começaram a romper com a ideia de estarem confinadas até a morte no casamento com os companheiros, também enfrentam diversas dificuldades por estarem sozinhas em outro país. No caso das migrantes, esta condição pode contribuir para aumentar os casos de violência de gênero, inclusive no mercado de trabalho.

É importante ressaltar os riscos que as mulheres venezuelanas vivenciam no percurso para migrar para o Brasil. Além do uso do corpo caminhando a pé por grandes distâncias, exigindo muita energia para o gasto corporal, elas também podem sofrer violências sexuais e abusos nesta travessia. Neste sentido, todas as crises econômicas e políticas são experienciadas no corpo, e, neste deslocamento de um país para o outro, elas não trazem bens materiais, pois perderam tudo e não possuem mais um lar. Chegam ao país de destino com o mínimo possível que conseguem carregar na travessia. Enfrentam frio, fome, dormem na rua, quando chegam ficam em abrigos até conseguirem um emprego.

O não ter um trabalho que atenda as condições necessárias para o cuidado e a saúde, podem somar às dificuldades vivenciadas pelas venezuelanas na Pandemia que se instalou no Brasil, em março de 2020. Considerando que neste contexto, configuram-se a necessidade de cuidado com o corpo e o ambiente de forma mais intensa, recomendada pelos especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS), podemos analisar que estas mulheres não possuem as condições de vida adequadas para se cuidarem, pois muitas ficam

Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19

meses desempregadas ou vivem do trabalho doméstico ou da informalidade. Sendo que estes tipos de trabalhos tiveram suas atividades suspensas na pandemia, a fim de evitar a aglomeração de pessoas para conter a disseminação do vírus.

As migrantes que vivem do trabalho de cuidado (babás, empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, dentre outros) tiveram diretamente prejuízos materiais com atividades suspensas, contudo as que continuaram trabalhando estão expostas ao risco da contaminação. Esse cenário também é vivido por mulheres no Brasil, que tentam conciliar, sem a implementação de políticas públicas, o trabalho de cuidado familiar (filhos e pais idosos) e o do cuidado remunerado. Fato esse, evidenciado pela empregada doméstica que perdeu seu filho de cinco anos ao cair do prédio em Recife/PE, que ao necessitar trabalhar, mesmo em um contexto de pandemia, não teve seu filho “cuidado” pela empregadora, que deixou a criança sozinha em um elevador. Esse acontecimento põe em evidência a necessidade de assegurar as condições dignas às mulheres e aos seus filhos.

O contexto da pandemia da Covid-19 e as trabalhadoras migrantes

Considerando que o cuidado de si realizado pela migrante durante todo processo de deslocamento para outro país já comprometia sua saúde, afetando seu sistema imunológico, devido à falta de uma alimentação adequada e cuidados com a saúde, assim muitas venezuelanas chegam carregando diversas marcas psicológicas, emocionais e físicas e, sobretudo marcas que refletem diretamente a feminização da pobreza em uma sociedade desigual e misógina, movida muito mais por uma economia neoliberal de exclusão, do que movimentos de solidariedade e ações coletivas que possam contribuir para relações sociais mais equitativas, que reconheçam os valores e a necessidade da participação das mulheres nesta pandemia, a partir da valorização do trabalho de cuidado (RIEIRO,2010).

A pandemia da Covid-19 gerou barreiras sanitárias para a migração e a mobilização de pessoas, com impacto na vida dos migrantes, principalmente a mulher, pois esta possui mais vulnerabilidade para o contágio pelas condições de aglomeração quando migram, perpetuando depois para a moradia, trabalho e convivência com outros/as migrantes. Na maioria das vezes, os motivos da migração estão associados à ausência das condições de bem estar, cidadania e acesso aos serviços de saúde no país de origem, que se intensificam no país de destino; associado com xenofobia e

Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19

exposição à violência, possivelmente potencializado em tempos de pandemia e risco de contaminação (IOM, 2020).

Apesar do Brasil não possuir uma participação expressiva da migração no contexto mundial (BAENINGER, 2018; MARTIN; GOLDBERG; SILBEIRA; 2018), evidenciamos que os/as migrantes conseguem acesso a algumas políticas públicas, como no caso específico do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como um dos seus princípios a universalidade aos serviços de saúde para todo/as cidadão/ã em território nacional (GUERRA; VENTURA, 2017).

No estudo de Martin, Goldberg, Silveira (2018) existem iniciativas isoladas de alguns municípios, com o objetivo de inclusão e cadastro dos migrantes na Atenção Primária à Saúde (APS) como porta de entrada ao sistema; com relatos positivos como ter o/a migrante como agente comunitário/a de saúde em um território (política de saúde e trabalho concomitantemente); porém com outros exemplos de xenofobia, violência, racismo dentro dos serviços de saúde. Os autores citam que:

[...] os imigrantes e refugiados, no Brasil, estão tendo acesso ao SUS, seja por meio da estratégia Saúde da Família ou das unidades básicas de saúde (UBS), o que representa um grande avanço nos processos de inclusão (MARTIN; GOLDBERG; SILBEIRA; 2018, p 33)

De acordo com Guerra e Ventura (2017) poucos estudos investigam o acesso aos serviços de saúde pelos/as migrantes que chegam ao Brasil. No entanto, fica evidente que a participação do SUS no que refere à saúde do/a migrante é expressiva, pois recebem um cartão de acesso ao serviço de saúde antes mesmo de receber outras documentações necessárias para a permanência no país. A pesquisa mostra, que embora exista uma precariedade da assistência à saúde pelo SUS, esta assistência não se restringe aos/às brasileiros/as e abrange os/as migrantes de vários países, incluindo as mulheres venezuelanas.

Assim sendo, é preciso que os países exerçam esforços sanitários e políticos inclusivos durante o período da pandemia, para que as barreiras sanitárias não impossibilitem o acesso dos/as refugiados/as e migrantes às condições dignas de segurança e saúde; com a considerável integração dos mesmos nos sistemas de saúde (KLUGE et al, 2020).

Se analisarmos o contexto de pandemia na América Latina, e sobretudo no Brasil, é necessária e urgente que as políticas de saúde contemplem a prevenção e segurança da população que aqui está,

Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19

garantindo o acesso ao sistema público de saúde seja assegurado aos/as migrantes e refugiados/as. E no caso específico das mulheres venezuelanas, a garantia de direitos à saúde e ao trabalho digno também deve ser posto em pauta, à medida que elas carregam consigo as marcas de uma migração forçada, que têm como características situações de violência no país de origem e que ao chegar ao Brasil, as condições de vida, de trabalho e de saúde nem sempre são favoráveis.

Associado a isso, chegam ao Brasil com filhos/as, geralmente pequenos. Portanto, as demandas das atividades no âmbito familiar não devem ser excluídas das políticas públicas, pois ao buscarem uma inserção no mercado de trabalho para se manterem ou seguirem as trajetórias profissionais, o cuidado familiar também deve ter coparticipação do Estado por meio da implementação de mais creches e pré-escolas, estas além de assegurar o direito da criança à educação básica, também contribuirá para garantir que as mulheres tenham tempo para desenvolver atividades profissionais, a fim de construir cenários de reconhecimento social, de empoderamento feminino em um continente marcado por séculos de desigualdades de gênero movidas pela exploração de corpos, que vivenciam as margens da sociedade capitalista movida pelas sensações fugazes do consumo imediato e do lucro movido por uma racionalidade instrumental, que sacrifica corpos para manter uma perspectiva neoliberal de desenvolvimento.

Referências

- ADOVASIO, J.M.; SOFFER, O.; PAGE, J. *O sexo invisível: o verdadeiro papel da mulher na pré-história*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- ANDERSON, B. A Very Private Business: Exploring the Demand for Migrant Domestic Workers. *European Journal of Women's Studies*, v. 14, n. 3, p. 247–264, 2007. <https://doi.org/10.1177/1350506807079013>.
- ARTZA, L. L.; CABANAS, A. C.; GROH, M. J. C. Mujeres centroamericanas en las migraciones. [S. l.]: PCS e CEFEMINA, 2014. Disponível em: https://imumi.org/documentos/Mujeres_centroamericanas_migraciones.pdf.
- BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações venezuelanas dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”; 2018. p.135–38.
- DURAND, C. Documentário sobre refugiadas venezuelanas no Brasil estreia no Dia Mundial do Refugiado. [Rio de Janeiro]. CARITAS RJ. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/documentario-sobre-refugiadas-venezuelanas-no-brasil-estrela-no-dia-mundial-do-refugiado.html>. Acesso em 23 jun. 2020.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019a.
- FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019b.158p.

Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19

- GUERRA, K.; VENTURA, M. Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países. *Cad. Saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p.123-129, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2017000100123&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 25 jun. 2020.
- HIRATA, H; GUIMARAES, N. A. (Eds.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do Care*. São Paulo: Atlas, 2012. 236p.
- MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 27, n.1, p. 26-36, jan., 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000100026&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jun 2020.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÕES. Monitoramento do fluxo migratório venezuelano com ênfase em crianças e adolescentes [Internet]. OIM-DTM; 2019. Disponível em: https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/OIM_Brasil_DTM_N2-PT_VF.PDF Acesso em: 5 maio 2020.
- OTERO, G.; TORELLY, M.; RODRIGUES, Y. A atuação da Organização Internacional para as migrações no apoio à gestão do fluxo migratório venezuelano no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Eds.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018. p.38–44.
- IOM. Covid-19 and mobility. [internet], 2020, p.1-7. Disponível em: https://www.iom.int/sites/default/files/institutional_statement_covid19_28052020.pdf. Acesso em 23 jun 2020.
- POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89–99, 2020.
- RIEIRO, A. *Gestión Obrera: del fragmento a la acción colectiva* (org.). Montevideo: Nordan. 2010.
- ROULLEAU-BERGER, L. Migrer au féminin. Paris: Presses universitaires de France, 2010 (La nature humaine).
- LOPES, C. M. S. Uma janela de oportunidades: a migração venezuelana como fator de desenvolvimento. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Eds.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018. p.104–125.
- LÓPEZ, E. Mujeres en tensión: la difícil tarea de conciliar familia y trabajo. *Población de Buenos Aires*, v. 8, n.13, abr., 2011, p. 7-25.
- MACEDO, M. (Eds.). Imigração e Refúgio no Brasil. *Relatório Anual 2019*. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2019. p. 50–72.
- SCRIBANO, A. Sociología de los cuerpos/emociones. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, n.10, Córdoba, 2012, p.93-113
- SIMÕES, A.; CALVALCANTI, L.; PEREDA, L. Movimentação do trabalhador migrante no mercado de trabalho formal. In: CALVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (Eds.) Imigração e Refúgio no Brasil. *Relatório Anual 2019*. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2019. p.50–72.
- SOTO, C.; GONZALEZ, M.A.; DOBREE, P. *La migración femenina paraguaya en las cadenas globales de cuidados en Argentina: transferencia de cuidados y desigualdades de género*. Santo Domingo, República Dominicana: ONU Mujeres, 2012.